

RELATÓRIO INTEGRAL

Às 17 horas e trinta e sete minutos do dia 19 de abril de 2012 deu-se início o quinto debate do primeiro semestre da disciplina **DEBATES ATUAIS EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS** intitulado de “**CANNABIS: uma questão de saúde pública, socioeconômica ou ambas?**”.

A abordagem proposta pelo grupo 2, responsável pela organização, tinha como objetivo discutir o tema em amplo espectro, abordando questões relativas ao impacto sobre a saúde, impactos sobre a sociedade, a legislação vigente e como e quais alterações sobre ela poderiam provocar benefícios ou prejudicar os usuários e aqueles que os cercam. Para tal, a “mesa redonda” foi composta por quatro convidados altamente gabaritados para discutir o assunto, onde estiveram presentes:

O **Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro**, professor de História Moderna no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde leciona e pesquisa sobre a história da alimentação, das bebidas e das drogas. Além disso, é membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) e é frequentemente convidado para debater o assunto. Além do Prof. Carneiro, a “defesa” contou com a presença do **Prof. Dr. Marcelo Firmino de Oliveira**, do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo). O Prof. Marcelo atuou como Perito Criminal junto à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, no período de 2002 a 2007 e realiza pesquisas em Química Analítica Forense, desenvolvendo sensores para ciência forense: detecção de THC e cocaína.

O **Prof. Dr. Arthur Guerra de Andrade** é médico e possui Doutorado em psiquiatria com o tema “Avaliação de Tratamentos do Alcoolismo”. É Professor Titular de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Medicina do ABC, Professor Associado do Departamento de Psiquiatria da FMUSP, Coordenador do Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Possui ainda uma linha de pesquisa pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Esteve junto a ele, o **Dr. Carlos Alberto Iglesias Salgado**, Psiquiatra na Unidade de Dependência Química do Hospital Mãe de Deus de Porto Alegre e Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD).

Durante a apresentação formal, foi explicada a dinâmica do debate. Consistia em uma apresentação inicial de **10 minutos** seguida da abertura às questões ao público. Nesta fase, cada debatedor tinha **3 minutos** e o opositor **1 minuto** para réplica. Conforme sorteio realizado previamente para definir a ordem de apresentação, a palavra foi passada ao Dr. Salgado.

O Dr. Salgado direcionou sua apresentação de forma bem pontual, baseando-se em responder as “provocações” enviadas pela organização, ou seja, perguntas formuladas pela comissão organizadora e enviadas previamente aos debatedores a fim de guiar seus comentários.

Segundo ele, restrições mais severas ajudam a inibir o consumo de drogas, pois pessoas razoáveis tendem a recuar perante a lei, e inversamente, punições leves aumentam o risco de delitos. O combate deve ser mais rigoroso e a legislação mais enérgica sobre os grandes produtores e comerciantes de armas, uma vez que são elas as geradoras de violência em defesa do tráfico. “Sem armas, não há tráfico”, disse.

Do ponto de vista de um psiquiatra, tanto para o indivíduo quanto no âmbito social o consumo de drogas é sempre negativo e sempre representa um risco. Afirmou que qualquer droga, inclusive o álcool, pode abrir precedentes para o consumo de outras de maior risco e que não existe uma dose segura para consumo. Trabalhando há muitos anos no tratamento de dependentes, defendeu que cada droga tem sua particularidade e deve ser tratada adequadamente. Como consequência do uso prolongado de grandes quantidades de maconha, o quadro mais agressivo é o desenvolvimento de esquizofrenia em indivíduos mais suscetíveis.

Citou exemplos de outros países como Portugal, Suíça e Holanda que, por um período, experimentaram leis mais tolerantes, descriminalização ou legalização. No entanto, como a legalização aumenta consideravelmente o consumo, estes países estão recuando neste processo. Sobre o uso terapêutico, defendeu pesquisas que possam trazer benefícios do uso de compostos, mas disse que o tema deve ser tratado com muita cautela para evitar glamorização, ou seja, evitar que os benefícios sejam superestimados.

A seguir, o Prof. Dr. Henrique Carneiro começou sua apresentação dizendo que tal tema tem importância social, política, econômica e moral, além de ser um dos temas mais discutidos atualmente. Explicou que a abstinência não é um comportamento normal da sociedade e citou Voltaire: "Todos os excessos são condenáveis, inclusive a abstinência.". O uso de álcool (mais tóxico e letal) e maconha é um direito civil, assim como a escolha de opinião, o uso do corpo, o consumo de certos alimentos (açúcar e gorduras) e a prática de esportes, tais como fórmula 1 e UFC. Alguns destes atos podem resultar em problemas de saúde e gastos públicos, porém o consumidor não é visto como criminoso, pois seu uso faz parte da condição humana de autodeterminação.

O direito ao uso de drogas é direito democrático e a proibição e perseguição dos usuários só provocam resultados desastrosos, pois há aumento de danos à saúde, graças à baixa qualidade do produto, e perseguição violenta, tornando a proibição pior que o uso. Afirmou ainda ser defensor da legalização de todas as drogas, ainda que devam existir critérios bem estabelecidos e controlados de acesso, assim existem para o uso de drogas farmacêuticas. Explicou que a história mostra que a venda legalizada e controlada não gera epidemia de uso abusivo. Acredita que a legalização diminuiria a repressão policial e os gastos do sistema judiciário. Contudo, acredita que deva haver uma discussão focando especificamente em **como** legalizar, com critérios de tolerância aos diferentes estilos de vida e ao direito de cidadão. Considera importante a proibição da publicidade para não estimular o uso, mas sempre priorizando a democracia e garantindo a tolerância entre a cidadania.

A seguir, o Dr. Arthur Guerra iniciou suas considerações, mostrando a prevalência do uso de drogas em diferentes seguimentos populacionais. Ele apontou que a maconha está em quarto lugar no consumo, perdendo apenas para o álcool, tabaco e solventes. Todavia, entre os universitários o consumo é aumentado, passando para o terceiro lugar. Enfatizou que, segundo a visão médica, de cada 10 pessoas que utilizam maconha, uma é dependente. A procura de tratamento por usuários de *Cannabis*, que já era expressiva na década de 90, teve um acréscimo espantoso em 2008. Esse aumento ocorreu principalmente graças ao surgimento de derivados mais fortes da maconha (skunk e haxixe), a utilização de maconha em idades mais precoces e a utilização por indivíduos com algum problema prévio. Em suma, ele conclui que a maconha de fato apresenta alguns efeitos positivos na clínica, como no tratamento de glaucoma e aumento de apetite em pacientes com HIV. No entanto, afirmou que os medicamentos existentes hoje são mais eficazes e os aspectos benéficos estão sendo superestimados de forma errônea.

O direito de consumir a maconha foi o principal ponto defendido pelo Dr. Marcelo Firmino de Oliveira. Partindo do precedente que outras drogas como o álcool e o tabaco são lícitas e de utilização incorporada aos costumes da sociedade brasileira, o uso da maconha deve ser contemplado acima de questões de opinião pessoal e dos já conhecidos malefícios que a substância pode trazer à saúde. Salientou ainda que problemas associados a *Cannabis* estão diretamente ligados ao seu uso em excesso, ainda que os efeitos da utilização da droga em questão possam ser considerados mais brandos que os das demais drogas, como o crack, cujo consumo pode afetar outras pessoas além do próprio usuário. Além do direito do consumidor, outras facetas sobre a maconha devem ser avaliadas. Atualmente, apenas 10 % do que é comercializado pelo tráfico é apreendido no Brasil. Esse pequeno montante deve-se a dificuldade encontrada em se vigiar as fronteiras nacionais, em virtude das dimensões continentais que nosso país apresenta. De tal maneira, a política de repressão em vigor parece não ser a melhor forma de se lidar com a maconha. Considera que a legalização é uma possibilidade de controle efetivo da qualidade de produção e da comercialização, retirando quase 50 % das drogas que circulam nas mãos de traficantes. Outro ponto privilegiado pela legalização é o uso médico da maconha, cujos benefícios há muito tempo investigados em território internacional, poderiam ser finalmente revertidos para a população brasileira. No caso da regularização do uso da maconha em nosso país, o Dr. Marcelo Firmino aposta na atuação de pequenos produtores para o cultivo da *Cannabis*, uma vez que o valor comercial atrelado ao produto final é bastante considerável. De tal maneira, pode-se afirmar que a coerência existente entre o consumo de drogas lícitas e a maconha, assim como os possíveis benefícios decorrentes da sua legalização, são as principais bases de defesa sustentadas pelo debatedor.

O discurso pró-liberação, descriminalização e contra o preconceito, está baseado no fato que substâncias como o álcool podem ser ainda mais prejudiciais, e principalmente que o modelo da legislação vigente é antidemocrático e infringe os direitos de decisão sobre o próprio corpo. Acreditamos que a questão da utilização de drogas vai além do direito individual, pois pode levar a

sérios problemas na sociedade como um todo. Independente se outras substâncias legais, como o álcool, podem promover danos maiores que a maconha ao indivíduo, o fato é que o uso de maconha pode trazer danos aos usuários. Mesmo que esses danos apresentem baixa incidência, não podem ser desconsiderados. Além disso, quanto mais cedo o indivíduo entrar em contato com a maconha, maiores as chances de desenvolver algum problema no futuro. Como ficou muito claro pela argumentação do Dr. Salgado, restrições severas ajudam a inibir o consumo de drogas. Portanto, na opinião dos membros deste grupo, o acesso à maconha, e a todas as drogas, deve ser o mais dificultado possível para evitar o desenvolvimento de dependência e problemas sociais maiores. O potencial terapêutico de derivados da *Cannabis* merece ser mais bem investigado através de pesquisas sérias focadas no desenvolvimento de fármacos seguros.

Comissão Organizadora:

Mestranda Ariane de Oliveira Turati

Mestrando Caio Jordão Teixeira

Mestranda Carla Rocha dos Santos

Doutorando Cleyton Roberto Sobrinho

Mestranda Eloísa Aparecida Vilas Bôas